



Prefeitura Municipal de Cotia

Audiência Pública – LDO 2018

*Ata: Audiência Pública para a Elaboração da Lei de Diretrizes
Orçamentárias 2018*

Secretaria Responsável: Secretaria Municipal de Gestão Estratégica e Inovação (SMGEI)

Composição da Mesa: Ângela Maluf (Vereadora);
Raphael Gheneim de Camargo (Secretário da SMGEI);
Maria Lúcia F. Bueno de Camargo (Coordenadora de Planejamento e Orçamento – SMGEI).

Responsabilidade pela ata Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (SMGEI)

Local: Câmara Municipal de Cotia - R. Batista Cepelos, 91 – Centro, Cotia-SP.

Data: 24 de maio de 2017, 11 h

Presentes: 17 – ver lista.

A vereadora Ângela Maluf abriu a audiência saudando a presença de todos e todas e do vereador Marcos Nena. Apresentou os representantes da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (SMGEI), secretaria responsável pela exposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018: o secretário, Raphael Camargo; o secretário adjunto, Fabiano Silva e a coordenadora, Maria Lúcia de Camargo.

O secretário Raphael Camargo (SMGEI) apresentou a nova secretaria da Prefeitura Municipal de Cotia:

“A secretaria está atualmente responsável por três importantes departamento da Prefeitura do Município de Cotia:

- *Departamento de Planejamento e Orçamento: responsável pelas peças de planejamento e instrumentos importantes previstos em lei, como a Lei de Diretrizes Orçamentária, hoje apresentada nesta casa; a LOA (Lei Orçamentária Anual), que será posteriormente apresentada; e o Plano Plurianual – o PPA – que já está sendo trabalhado por esta administração. Estamos fazendo um grande*



Prefeitura Municipal de Cotia

trabalho de governança, identificação de projetos prioritários de governo, que está muito bem casado com a proposta da candidatura desta gestão;

- *Departamento de Tecnologia da Informação e Inovação: que era anteriormente apenas uma Coordenadoria de TI, lá estamos fazendo o projeto de modernização da gestão, ou seja, revisando processos administrativos internos, trazendo modernidade para a gestão pública e também projetos que atinjam e impactem a vida da população cotiana. Então, projetos de inovação que estão ligados à capacitação de mão obra visando inovação;*
- *E por último, o Departamento de Convênios: que antes era ligado à Secretaria de Relações Governamentais, um departamento também muito importante, no qual nós elaboramos, fazemos a gestão e acompanhamos todos os convênios captados pelo município no âmbito federal e estadual.*

Bom, é com grande satisfação que recebemos todos e acreditamos que seja muito importante esse projeto de lei que será submetido até o dia 31 nesta casa e a audiência pública é justamente uma seara na qual contamos com a participação e engajamento da sociedade civil e do Legislativo no suporte a essa lei, que será submetida à Casa até dia 31. Gostaria agora de passar a palavra à Coordenadora de Planejamento e Orçamento, Maria Lúcia, e agradecer a toda a sua equipe pela dedicação com a qual vocês trabalharam nessa elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Muito obrigado!"

A coordenadora, Maria Lúcia, apresentou-se como representante da Secretaria Municipal de Gestão Estratégica e Inovação, ratificando o que o Secretário havia exposto. Complementando ainda que a secretaria tem como objetivo, não apenas o planejamento anual, mas também a médio prazo:

"... o que a gente pretende é deixar um legado de planejamento nesta gestão. E hoje, na oportunidade, nós estamos apresentando a audiência para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Uma audiência que visa colher sugestões e ideias para que o projeto seja encaminhado a essa Casa até o final do mês, conforme consta na Lei Orgânica.



Prefeitura Municipal de Cotia

Bom só explicando um pouco o que significa a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela faz parte do ciclo orçamentário de planejamento.

Referente ao slide 3:

Nós temos como primeiro instrumento o Plano Plurianual, no momento ainda está vigente o plano que termina esse ano. Então, a partir do ano que vem o município terá um novo plano.

É um instrumento de médio prazo de planejamento onde vamos fixar os programas, as metas, os objetivos, os projetos e atividades para os próximos quatro anos da administração pública.

Ele (PPA) tem a função de planejar; a LDO de orientar o ciclo orçamentário, ela será feita a cada ano do Plano Plurianual e a partir daí a gente faz a execução que é a Lei Orçamentária Anual, onde você executa o orçamento. Pela Lei Orgânica do município o projeto vai até o final de maio, a proposta é apresentada nesta casa, onde deverá ser apreciada pelas comissões até junho.

Referente ao slide 4:

Qual que é o conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias? É estabelecida com dispositivos da Constituição Federal e, a partir de 2000, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, que de fato foi uma lei que colocou toda uma ordenação no setor público desde a União, passando por Estados e Municípios.

Então:

- Compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro, que são os investimentos do município;
- Orienta a elaboração da LOA, ou seja, na LDO já devem estar os preceitos que vão ser dados na Lei Orçamentária Anual;
- Dispõe sobre as alterações na legislação tributária, se houver intenção de fazer alteração na legislação;
- Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais.

Referente ao slide 5:

Só para passar, nós temos termos importantes para entender a LDO, na verdade há uma discussão de que a LDO deveria vir depois do PPA, porque a LDO é bastante



Prefeitura Municipal de Cotia

interessante para a sociedade porque ela coloca as metas físicas para o exercício seguinte: eu vou escolher dentro do PPA o que eu vou executar no orçamento daquele ano. Como nós não temos o PPA, o PPA vai ser feito esse ano, ainda nós não temos nessa LDO o anexo de metas físicas.

Mas alguns termos são importantes para entende um pouco para que serve a lei:

- Por receita a gente entende as receitas auferidas na gestão, apuradas no resultado do exercício, que são desdobradas em categoria econômica corrente e de capital. Elas possibilitam a execução das atividades do poder público, são divididas em receitas correntes – são as receitas tributárias; de contribuição; patrimonial; e as transferências correntes advindas seja do Estado ou do governo federal, as constitucionais e aquelas que chamamos de voluntárias também;
- E as receitas de capital, que são obtidas na venda de bens mobiliários e imobiliários; amortização de empréstimos; contratação de empréstimo a longo prazo; transferência recebida para a cobertura de despesa de capital – ou seja – são as receitas que vão compor os investimentos do município.

Referente ao slide 6:

Por despesas nós entendemos toda a aplicação dos recursos previstos no orçamento:

- As despesas correntes são destinadas à manutenção dos equipamentos e funcionamento do município e dos órgãos – despesa de pessoal; juros da dívida; aquisição de bens de consumo; serviços de terceiros; toda a manutenção de equipamentos públicos; as despesas com água, energia, telefone, transporte público – tudo isso está na categoria de despesa corrente;
- E as despesas de capital são as realizadas com o propósito de formar ativos reais, é o que a gente chama de investimento. Então, a construção de uma escola, construção do hospital estão categorizados como despesa de capital. Se configura como um ativo permanente para o município.

Referente ao slide 7:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem o propósito de fixar para 2018, 19 e 20 o resultado primário e o resultado nominal da administração pública, nós estimamos esses resultados.



Prefeitura Municipal de Cotia

O que é resultado primário? Ele é formado a partir das receitas primárias, que é o valor da receita total, que a gente tem no município, subtraída das receitas de valores imobiliários, juros, operações de crédito, alienação de ativos e amortização de empréstimos. E das despesas primárias, onde eu também subtraio da despesa total os encargos da dívida, a concessão de empréstimos e a aquisição de títulos. Então aí eu vou ter o resultado primário, que exprime o que que sobra antes do pagamento da dívida, ou seja, ele leva em conta apenas as receitas mais concretas do município. Normalmente é um resultado primário positivo.

Referente aos *slides* 8 e 9:

O resultado nominal parte do conceito da dívida consolidada. A dívida consolidada é um conceito de estoque, que engloba todos os valores esperados para a dívida pública do exercício financeiro a que se refere a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E também nós faremos para os exercícios seguintes até 2020. E aí se inclui todas as obrigações financeiras, emissão de título, operações de crédito com amortização superior a doze meses e os precatórios judiciais. Então tudo isso entra na dívida consolidada do município.

A partir da dívida consolidada eu chego na dívida consolidada líquida, que é a dívida consolidada, que eu acabei de falar, e eu deduzo dessa dívida os haveres financeiros, o ativo disponível, e subtraio os restos a pagar processados. Então, estou dizendo o seguinte: eu tenho uma dívida, mas por outro lado o município pode também terminar o ano com haveres financeiros – disto eu tenho que deduzir da dívida consolidada os valores para chegar na dívida consolidada líquida.

E o resultado nominal vai ser a diferença do saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro com a dívida fiscal líquida de 31 de dezembro do ano subsequente. Fazendo essa variação eu tenho o resultado nominal. Se ele for positivo ocorreu um aumento da dívida, se ele for negativo a dívida diminuiu. Temos o conceito de dívida fiscal líquida, mas isso é para município que tem receita de privatização, advinda de parceria público privada, que não é o caso.

Referente ao slide 10:

O que a Lei de Responsabilidade Fiscal traz para a LDO?

- O equilíbrio entre receitas e despesas. Então a nossa meta é estabelecer todos os parâmetros levando em conta a regra de ouro da responsabilidade fiscal, ou



Prefeitura Municipal de Cotia

seja, o equilíbrio entre receita e despesa pública. Acho que esse é o primeiro princípio que é o principal da lei;

- As metas fiscais que vão estar definidas: metas de receitas e de despesa; da receita primária e da despesa primária; do resultado primário e do resultado nominal. Isso que se constitui o anexo de metas fiscais, que é a principal tabela da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Na lei também nós definimos todos os critérios para a limitação de empenho a ser efetivada, na hipótese de risco ou de não cumprimento da meta fiscal. Essas metas fiscais são verificadas ao longo do ano e se elas não tiverem sendo cumpridas você tem que tomar algumas providências para chegar junto às metas que você colocou;
- As alterações na legislação tributária, como eu havia falado (*mostrando o slide*);
- Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas – isso é uma coisa nova na lei;
- Forma de utilização e montante da reserva de contingência a integrar a Lei Orçamentária Anual;
- Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, quer dizer, toda renúncia de receita que queira fazer no exercício de 2018 vai ter que ser colocada na LDO e dizendo como é que vou fazer frente a essa renúncia de receita. Então, alguma isenção que eu queira dar tenho que dizer como é que eu vou compensar essa renúncia de receita.

Então a ideia é ajustar as dotações orçamentárias que suportam essas despesas que estamos falando, para que elas possam atender às prioridades estabelecidas no planejamento governamental da nova administração. Isso é um preceito que a gente vai seguir e que todos os projetos priorizados sejam definidos com bases sólidas, com metas fiscais de arrecadação e despesas, com base na realidade do cenário econômico do estado, do país. Temos que definir esses parâmetros de receitas e despesas, e definir quais são os projetos prioritários que nós vamos seguir.

Referente ao slide 11:

Bom, como a LDO faz estimativas até 2020, digamos que hoje em dia está difícil prever até o dia seguinte (*risos*) do ponto de vista macroeconômico do país, normalmente o que todos os municípios fazem é usar as projeções do Banco Central.



Prefeitura Municipal de Cotia

Então nós pegamos as projeções do Banco Central, do relatório FOCUS que é divulgado semanalmente, e este em maio deste ano, que estabelecem os parâmetros do Produto Interno do País até 2020 crescendo 2,5%; a inflação em torno de 4,5% - normalmente a gente pega a inflação do IPCA para corrigir as despesas. O PIB de serviços um pouco abaixo do PIB total, em torno de 2%. Somando PIB e inflação teríamos algo em torno de 7,1%; somando PIB serviços mais inflação, em torno de 6,59%. E uma projeção do salário mínimo pela regra dada pela LDO do governo federal estabelece um reajuste de 3,98% em 2018, 4,82% em 2019 e 5,5% em 2020.

Então nós trabalhamos com base nesses parâmetros, que sem dúvida podem ser alterados.

Só voltando um pouco, esses riscos fiscais desses cenários: nós podemos colocar dois tipos de risco na LDO, um deles é o risco orçamentário, ou seja, o risco de que o cenário que foi feito (toda a composição de receita e despesa), principalmente de receita que não se substancie. Por conta de uma crise econômica mais grave, que tem impacto na arrecadação, isso pode ser colocado também nesse anexo de riscos fiscais.

O outro risco são os passivos contingentes, por exemplo, os precatórios que têm uma jurisprudência que muda bastante e que nós às vezes não sabemos o impacto na administração pública no ano que estamos falando.

Esse anexo de riscos fiscais é importante para a gente prever o que pode acontecer, o que achamos que pode acontecer, mas não sabemos como pode impactar o orçamento do município.

Referente ao *slide* 12 e 13:

Então, a primeira avaliação das receitas que fizemos está neste quadro, nós temos o arrecadado em 2016; a reestimativa de 2017, que pode ser feita na LDO; e a estimativa para 2018, 19 e 20. Na verdade, é um cenário relativamente conservador, que leva em conta, para alguns impostos, o crescimento do PIB total, para outros o crescimento do PIB de serviços, como o ISS, que segue muito o setor de serviços da economia. As transferências correntes, olhando um pouco todo o histórico de transferências correntes que o município teve.

Então assim, o cenário de receitas foi posto com base nessas hipóteses macroeconômicas e também olhando um pouco a série histórica de todas as receitas – como elas estavam se comportando no município. No caso de Cotia, 2/3 da receita provém de transferências correntes, a maior parte de transferências constitucionais,



Prefeitura Municipal de Cotia

sendo a maior delas a cota parte do ICMS; 1/3 é receita própria do município, mas é um percentual importante comparado com outros municípios do Estado de São Paulo, que têm um percentual de dependência dos recursos federais muito maior. Nós temos uma base tributária própria que é importante: 30 % é uma coisa importante de base tributária própria.

Então, são esses números, eu devo dizer que obviamente como são estimativas que levam em conta o cenário econômico que pode ser alterado, na LOA podem ser alterados os valores da LDO, inclusive das metas fiscais que foram definidas. Há a oportunidade na LOA de repactuar as metas fiscais.

As receitas são com base no arrecadado e as despesas no empenhado, então temos aqui com base em 2016 a reestimativa para 2017, 18, 19 e 20. Nós temos uma receita corrente estimada em R\$ 662 milhões, a de capital R\$ 60 milhões e a reserva de contingência de R\$ 32 milhões, formando uma receita de R\$ 755,8 milhões, R\$ 807 milhões em 2019 e R\$ 819 milhões para 2020.

Referente ao slide 14:

Aí chegamos no quadro da dívida, que são os três principais quadros que compõem a LDO: a receita, a despesa e a dívida. Aí aqueles conceitos que falei um pouco atrás. A dívida pública consolidada tem um valor de R\$103,7 milhões em 2016 e ela vai se reduzindo ao longo do prazo até 2020. A consolidada líquida também, quando ela é negativa colocamos como zero, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional. E a receita corrente líquida do município, este conceito é muito importante por que ele embasa alguns dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, como a despesa de pessoal, que não pode ultrapassar 54% da RCL. Também para fins de endividamento o município não pode contrair dívidas além de 1,2 da receita corrente líquida. Então, esse aqui é um parâmetro não só para as despesas de pessoal de todo o município, como também para a dívida, ele dá pra gente a visão de que o município tem margem para fazer o endividamento. E vemos que a dívida está num patamar bastante tranquilo, estava em 14,8% em 2016, devendo se reduzir ao longo dos próximos anos. Então temos a consolidada e a consolidada líquida, como expliquei ali atrás, que ela retira algumas variáveis.

Bom basicamente é isso, só para reforçar eu acho que são esses três conceitos que são importantes: receita, despesa e dívida. Que são estimados para os três anos, até 2020, e que devem formar nosso anexo de metas fiscais: nosso resultado primário e



Prefeitura Municipal de Cotia

nominal que serão perseguidos ao longo do período, para ver se estamos dentro deste parâmetro que colocamos na LDO ou não. E sempre lembrando que na LOA, em uma mudança de cenário econômico, nós podemos também alterar estes parâmetros, desde que estejam na lei. No ano que vem, a LDO terá o anexo de metas físicas, que aí sim eu retiro do PPA o que vou levar para o orçamento do ano seguinte. Então eu olho o PPA, todas as ações que tem, por exemplo, construção de uma UBS, e aponto que isso será levado em 2019. Há uma crítica desse ciclo orçamentário, da LDO ser antes do PPA e a gente não conseguir levar esse anexo. Mas aí eu acho que fica interessante para a sociedade, porque há uma discussão de fato do que pode ser levado para a lei orçamentária e do que a sociedade entende que é prioritário naquele momento. A LDO às vezes é um instrumento um pouco duro, difícil de entender, mas principalmente esse anexo de metas físicas, que esse ano nós não temos porque nosso PPA acaba. No ano que vem nós passamos a ter e aí a gente pode discutir com uma base mais concreta o que nós queremos levar para o próximo ano.

Eu agradeço demais a honra de estar nessa casa, agradeço à vereadora Ângela, à sociedade presente, à equipe toda e me coloco à disposição para qualquer pergunta.

Passada a fala para os presentes:

Andréia: mesmo não tendo o anexo de metas físicas, qual a proposta do nosso prefeito para o ano que vem? Nós participamos da audiência da Secretaria da Fazenda, o secretário falou sobre a reforma das escolas. Mesmo que não tenha, lógico que vai ter um planejamento para algumas metas.

Maria Lúcia: bom dia, obrigada pela pergunta. Nós já estávamos com um avanço no PPA e pegando todo o plano de governo do prefeito que foi colocado antes da eleição e foi votado, a sociedade entendeu que aquele era o melhor plano. E estamos transformando isso em projetos e atividades: o que temos dentro desses programas? O que vamos levar para os próximos quatro anos? E o que pretendemos fazer é mais de uma audiência, talvez, do PPA, pois ele de fato é um instrumento muito rico para discutirmos em que momento dentro dos quatro anos nós queremos colocar determinada atividade. Se eu quero a construção de uma creche ou a construção de uma UBS. Qual a prioridade disso? Então, eu acho que o instrumento é exatamente o PPA que começamos a discutir agora.

Raphael: apenas reforçando e pegando o gancho da Maria Lúcia, é realmente isso, eu acho que essa apresentação de hoje, ainda que ela traga uma tecnicidade um pouco



Prefeitura Municipal de Cotia

mais aguçada, um economês difícil de ser entendido. Ela acaba criando uma base para outros instrumentos que serão apresentados à sociedade e que serão importantes para fazer e coordenar todas as políticas públicas desta gestão. Então o plano plurianual, o PPA, vai ser submetido em setembro, junto com a LOA, ele sim terá um grau de concretude. Ou seja, ele vai ser mais tangível e fácil de entender. Nessa oportunidade, você poderá nos perguntar onde estão previstas e qual é o orçamento colocado para a reforma de escolas, para manutenção, para expansão, enfim. Será dividido nos projetos e atividades específicas, este tipo de ação que a senhora comentou no momento. Nós da equipe de planejamento e orçamento começamos esse diagnóstico frente ao demais setores das secretarias da prefeitura de Cotia, justamente para entender quais são as demandas que existem. O que foi apresentado na proposta de plano de governo do prefeito Rogério Franco e como eles serão convertidos na política pública efetiva e eficiente para alcançar tais objetivos. Então, aí nessa oportunidade, a senhora poderá ver onde e como se encaixa dentro do projeto de gestão desse mandato.

Cidadã que não quis se identificar: não há complexidade, nós entendemos perfeitamente. A minha pergunta é: qual o saldo?

Raphael: qual saldo do?

Cidadã: qual o saldo?

Raphael: do que senhora?

Cidadã: do saldo que ficou remanescente do ano passado para este ano?

Maria Lúcia: A senhora fala dos haveres financeiros?

Cidadã: sim, o saldo. O saldo? O que ficou do ano passado para este ano? Qual o valor? O saldo remanescente senhora?

Maria Lúcia: nós temos dois conceitos: de resultado financeiro, que pode ser positivo que você traz para o ano seguinte; e dos restos a pagar não processados. Eu vou ver se tenho esse número aqui para dar para a senhora. De haveres financeiros, nós temos R\$ 51 milhões. E de restos a pagar processados R\$ 30 milhões.

Cidadã: R\$ 51 milhões de saldo e de déficit?

Maria Lúcia: não, não é déficit.

Cidadã: tudo de saldo, R\$ 51 milhões. O saldo em conta corrente ou onde vocês enfiaram o saldo.



Prefeitura Municipal de Cotia

Maria Lúcia: nós não temos o saldo em conta corrente porque nossa equipe é de planejamento e ela não lida com a conta corrente e bancária da prefeitura.

Cidadã: quem tem, senhora?

Raphael: a Secretária da Fazenda.

Cidadã: muito obrigada.

Maria Lúcia: desculpa, eu estou falando um dado de balanço pra senhora. Agora, se a senhora quiser mais informações da execução esse ano do saldo, seria com a Secretária da Fazenda.

Vereadora Ângela: então consideramos encerrada a audiência, agradecemos a presença das senhoras e senhores. Marcos Mena, que passou por nossa mesa. Agradecemos o presidente da casa, Paulinho Lenha e todos os vereadores que consentiram que essa audiência fosse realizada. Obrigada senhor Raphael, senhor secretário. Maria Lúcia também. Obrigada Fabiano (secretário adjunto). E obrigada a presença de todos. E acho importante o secretário Paulo de Finanças, ele saiu daqui na audiência anterior, ele terá o enorme prazer de receber e te passar esses dados, tenha certeza. Já pode fazer o vínculo com ele agora, saindo na minha sala eu te passo o contato dele, está bom? Ele foi muito gentil, apresentou uma audiência muito bacana, dando para entender. Até falei para ele que consegui entender tudo que foi explicado, como hoje eu aprendi sobre despesa de capital e despesa corrente, gostei de ter aprendido sobre isso. Muito obrigada!



CÂMARA MUNICIPAL DE COTIA

Estado de São Paulo

REGISTRO DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO.

24 DE MAIO DE 2017

Nome:	Maria Lucia Amaral
E-mail:	ml-amaral@vol.com.br
Telefone:	999494623
Instituição (se estiver representando):	PMC

Nome:	Ana Paula Rodon
E-mail:	anapaula-rodon@cotia.sp.gov.br
Telefone:	(11)99885-7415
Instituição (se estiver representando):	PMC

Nome:	FABIANO SILVA
E-mail:	FABIANO.FEK@GMAIL.COM
Telefone:	11.99937.1183
Instituição (se estiver representando):	PMC

Nome:	Ivan de Andrade Paixão
E-mail:	ivanpaixao1@hotmail.com
Telefone:	(11)991886601
Instituição (se estiver representando):	PMC

Nome:	Dante Norberto Neto
E-mail:	dantenorberto@gmail.com
Telefone:	(11)94263-9163
Instituição (se estiver representando):	

Nome:	Douglas da Silva Nascimento
E-mail:	dgsnascimento@hotmail.com
Telefone:	(11)98909-7571
Instituição (se estiver representando):	



CÂMARA MUNICIPAL DE COTIA

Estado de São Paulo

REGISTRO DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO.

24 DE MAIO DE 2017

Nome: Larissa Carolina de Almeida Mario
E-mail: Lcamarco@hotmail.com
Telefone: 982963992
Instituição (se estiver representando): SMGEI - PMC

Nome: Andrea Katin C Souza
E-mail: andreacina@ig.com.br
Telefone: 11-968428792
Instituição (se estiver representando): Câmara M. Cotia

Nome: FABIO DA SILVEIRA RINA
E-mail: feroucia@cotia.sp.leg.br
Telefone: 4685-4779
Instituição (se estiver representando): Câmara Cotia

Nome: Marcos Nera
E-mail: Marcos nera23600@gmail.com
Telefone: (11) 4616-7724
Instituição (se estiver representando): Unedon

Nome: Rosilene Marchi
E-mail: rosi.marchi@gmail.com
Telefone: (11) 4616-2398
Instituição (se estiver representando): AETEC

Nome: Jânio Alves
E-mail: Janioalves88@gmail.com
Telefone: 9-98602044
Instituição (se estiver representando): per. Comunicação



CÂMARA MUNICIPAL DE COTIA

Estado de São Paulo

REGISTRO DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO.

24 DE MAIO DE 2017

Nome: SERGIO CORSEIRO
E-mail: CORSEIRO.SM@GMAIL.COM
Telefone: 97131.4466
Instituição (se estiver representando): CÂMARA MUNICIPAL COTIA

Nome: Sônia Cristina OLIVEIRA
E-mail: SCODUNISMO@HOTMAIL.COM
Telefone: 4.9896-3159
Instituição (se estiver representando): Câmara Municipal

Nome: AUGUSTO ALMEIDA DE OLIVEIRA
E-mail: SWAT1906@HOTMAIL.COM
Telefone: 975726724
Instituição (se estiver representando): CÂMARA MUNICIPAL

Nome: Danilo de Oliveira Rodrigues
E-mail: danibelizeira@outlook.com
Telefone:
Instituição (se estiver representando): Guardo Civil de Cotia

Nome: CLAUDES FERREIRA
E-mail:
Telefone: 99781-9630
Instituição (se estiver representando): REPORTE

Nome:
E-mail:
Telefone:
Instituição (se estiver representando):